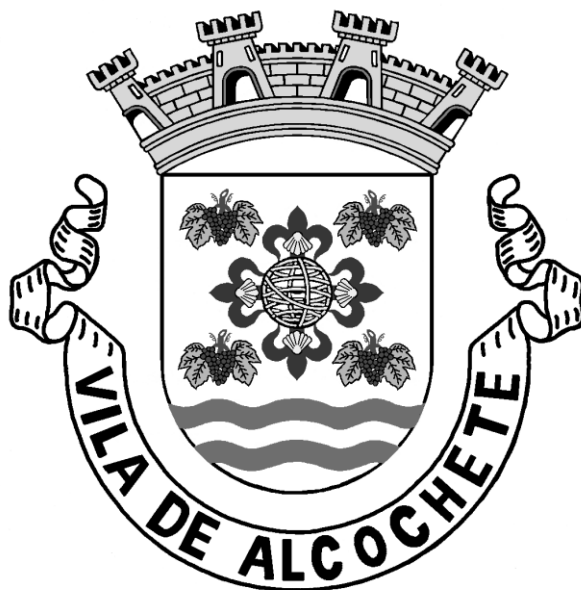




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 05 /18

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 29 DE
NOVEMBRO DE 2018**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro e Bruno José Pereira Soares.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Miriam Pires Boieiro.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista e Andreia Patrícia Sousa e Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Álvaro Jacinto Costa, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Fátima Lima Vieira. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.1)

- Rodolfo Soares Marques Pereira, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.2)

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, justificou a sua ausência por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Ana Cristina Brandão. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.3)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Sérgio Duarte. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.4)

Pela CDU, justificaram também as suas ausências, Luís Cardoso; Luís Afonso, Luís Cesário e Inês Rosado. (Documentos anexos à Minuta da ata como Doc.5)

- Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, justificou a sua ausência por motivo de saúde, tendo sido substituída por Diogo Mourão. (Documento anexo à ata Minuta da ata como Doc.6)

- João Ricardo Figueiredo Lopes, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Alexandra Brás.(Documento anexo à ata Minuta da ata como Doc.7)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, e Pedro Miguel Abreu Louro.

Não compareceram os vereadores José Luís dos Santos Alfélua e Estêvão António das Neves Boieiro, por motivo considerado justificado, tendo sido substituídos por Susana Isabel Freitas Custódio e Jorge Manuel Pereira Giro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da assembleia municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão ordinária de 21 de junho de 2018:

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão extraordinária de 10 de setembro de 2018

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea d) do n.º 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se as seguintes intervenções:

- Henrique da Câmara:

Alertou para a extensa Ordem de Trabalhos da sessão e sendo que tem lugar a uma quinta-feira e no dia seguinte ser um dia de trabalho, gostaria que a mesma não se prolongasse para além do horário regimental.

Deu conhecimento ao executivo de uma ação que lhe foi dada a conhecer pelo STAL, nomeadamente, que há trabalhadores da câmara que exercem funções nos espaços verdes em todo o concelho, os quais estarão a ter dificuldade em ter transporte da

câmara para se deslocarem na hora da refeição e para os plenários. Questionou qual o motivo e como irá ser resolvida a situação.

- Ana Brandão:

Fez um reparo em relação à resposta ao requerimento que foi fornecido à assembleia municipal, relativamente aos consumos de gasóleo e de telecomunicações do anterior executivo. No documento aparecem valores de comparação, contudo, não tem termo de comparação desde 2002 até esta data.

Em relação às telecomunicações registam-se valores díspares e elevados gastos pela CDU, porém é necessário esclarecer quais as taxas aplicadas à época que nada tinham a ver com as praticadas no presente, ressaltando que provam que o executivo trabalhou em prol da comunidade.

Quanto aos consumos de gasóleo também não estão indicados desde 2002 e sim apenas a partir de 2012. Realçou que o único veículo que não era utilizado por todos os serviços era o da presidência, enquanto que, tanto quanto sabe, no atual mandato os carros só fazem serviço para a vereação, daí os gastos serem menores.

- Luiz Batista:

Chamou a atenção do executivo para a localização das Assembleias de Voto, dado que no próximo ano irão decorrer dois atos eleitorais. Parte destas funciona em edifícios onde a mobilidade não é facilitada, dando como exemplo as Mesas 4 e 5 da escola do Valbom, entre outras. Face a esta situação, sugeriu, após ponderação, que seja feita uma reorganização que permita a criação de novos espaços para colocação das Mesas em futuras eleições, que não prejudiquem a atividade escolar e nem coloquem em causa a saúde das crianças pela utilização das instalações sanitárias pelos adultos.

- Presidente da assembleia municipal:

Esclareceu que a sessão da assembleia foi marcada para o dia de hoje, não fosse eventualmente chegar à uma hora da manhã e os trabalhos ainda estarem atrasados e ainda por ser necessário do ponto de vista legal aprovar os GOPS, Orçamento e Mapa de Pessoal até final do corrente mês.

- Presidente da câmara:

Tomou nota da intervenção do deputado Luiz Batista.

Em resposta ao deputado Henrique da Câmara, afirmou que em relação aos plenários e considerando que a maioria destes têm início às 08:00 horas (hora de início laboral) não lhe parece haver necessidade de assegurar transporte para os funcionários.

Quanto ao transporte, a questão foi-lhe colocada numa reunião que manteve com a Comissão de Trabalhadores em representação do STAL e esclareceu que desconhecia o assunto exposto, não tendo porém de imediato procurado saber o que se passava. Quando o fez chegou à conclusão que se tratava de duas funcionárias que foram informadas pelos Serviços, sendo uma delas em particular, antes do início do horário de

jornada contínua, que no presente ano teve início em junho e terminou em outubro. Os Serviços tiveram oportunidade de informá-las que considerando o trabalho que desenvolviam e o local onde estavam, não fazia sentido assegurar o transporte de duas funcionárias num universo grande de operacionais para o almoço, não tendo uma delas levantado qualquer objeção. A outra esteve reunida com ele, solicitando por seu interesse que fosse adstrita a uma determinada localidade do concelho. Respondeu-lhe que percebia e entendia. Deixava esse determinado ponto do concelho ao cuidado dessa respetiva funcionária, mas que uma vez por semana tal como já acontecia, teria que se deslocar ao Passil para proceder também a esse trabalho e depois regressaria ao mesmo local. Não levantou nenhuma objeção em relação à hora de almoço, até ser informado pelo sindicato.

É um direito que assiste a todos os trabalhadores da câmara. Este é um caso no meio de muitos funcionários operacionais. Tem por todos os funcionários uma enorme consideração, mas considerou isto um não assunto.

- Henrique da Câmara:

O facto é que tem na sua posse um abaixo-assinado onde está escrito que um elevado número de trabalhadores que desempenhavam funções em diversos locais mas longe do refeitório municipal e o mesmo não refere que são apenas duas trabalhadoras.

O abaixo-assinado foi despoletado em meados de novembro tendo sido solicitada uma resposta até ao dia 20 deste mês, mas não foi obtida resposta, pelo que não lhe parece pelo exposto que o problema esteja resolvido.

Ainda em relação aos plenários, questionou se os trabalhadores (cantoneiros de limpeza) afetos na Fonte da Senhora e Passil têm transporte assegurado para se deslocarem quando há plenários?

- Presidente da câmara:

Referiu estar convencido quer uma boa parte das pessoas que assinaram o documento não terão bem consciência do que assinaram, pelo que lançou o repto para que lhe sejam indicados os funcionários que estão nas condições atrás referidas, porque na sua opinião não há relação direta entre os que assinaram e os que não se vão buscar.

Mais referiu que responderá de acordo com a sua disponibilidade.

Em resposta à deputada Ana Brandão esclareceu que o atual executivo tal como o anterior, disponibiliza as suas viaturas para todos os Serviços da câmara, incluindo a que está adstrita ao presidente.

- Ana Luísa Lourenço:

É tudo uma questão de gestão, pelo que se o atual executivo é muito poupado nos combustíveis e nas comunicações, noutras áreas não o é, dando como exemplo as adjudicações ao exterior.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que não vão buscar os trabalhadores para estarem presentes nos plenários, da mesma forma que não os vão buscar para trabalhar.

A CDU concordar ou não com os investimentos que o executivo faz é um direito que lhes assiste. O povo cá estará para julgar e a Assembleia Municipal para fiscalizar.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Saudação ao Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de S. Brás do Samouco. (Documento anexo à ata Minuta da ata como Doc.8)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Congratulação ao Clube Taurino de Alcochete. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.9)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Sérgio Simões, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.10)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Congratulação por “Mais e Melhor Transporte Público na AML”. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.11)

Submetido à discussão, registaram-se as intervenções dos deputados Pedro Ferreira, Luiz Batista, Diogo Mourão e do presidente da Assembleia, mormente, sobre se deveria ocorrer discussão deste documento ou se seria feita aquando da discussão do ponto agendado sobre esta matéria.

O presidente da Assembleia propôs que o documento fosse apresentado aquando da discussão do ponto 4 da Ordem do Dia, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite, após o que foram retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 2 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Na sua opinião, entende que a Assembleia Municipal está a ser ignorada no que é a sua função, dado que cabo a esta aprovar e decidir das questões relativas ao regulamento acima indicado. Atualmente, a câmara está organizada e rege-se por um ROSM que foi aprovado em 2015. Este foi aprovado em reunião de Câmara e submetido à Assembleia Municipal para aprovação e posteriormente por Despacho do presidente da câmara e publicado em “Diário da República”. Tendo havido uma votação na assembleia não pode a câmara alterar ou revogar um documento deliberado e aprovado nesta.

A implementação do atual regulamento configura uma imoralidade e ilegalidade (vide o artigo n.º 6 do Decreto-Lei n.º 305/2009, e as alíneas m) e n) do artigo 25.º da Lei 75/2013) caso não se proceda à revogação do publicado em “Diário da República”. Salientou também que a Assembleia não se pronunciou sobre a criação das subunidades e dos gabinetes criados, mas sim e apenas autorizou a passagem de quatro para cinco Divisões.

Face a isto, informou que a bancada do PSD iria entregar uma tomada de posição, no sentido de se descartar e desresponsabilizar de um assunto que é da Câmara.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Esclareceu não haver responsabilidade da Assembleia Municipal em virtude de o assunto não ser sujeito a votação na sessão de abril de 2018.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu, frisando que nenhum membro do executivo está a praticar alguma ilegalidade, nesta matéria ou em qualquer outra relacionada com o já referido regulamento.

A proposta votada na Câmara foi analisada pelos serviços jurídicos internos e assessorias nesta área, reiterando todos que a mesma está em conformidade com a legislação legal aplicável, não cabendo por isso à Assembleia aprovar subunidades ou gabinetes, mas sim e apenas o número máximo de unidades flexíveis (Divisões) o que já

fez anteriormente. Com o atual Organograma, a Câmara do seu ponto de vista tenta organizar o que se encontrava desorganizado.

- Luiz Batista:

Reconheceu que pode ter cometido alguma falha de apreciação (não é jurista), mas continua a entender que a proposta aprovada apenas para conhecimento, deveria sim, ser remetida para deliberação da Assembleia.

A Câmara tomou conhecimento.

O documento fica anexo à Minuta da ata como Doc.12)

PONTO 3 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS

A Câmara tomou conhecimento do assunto apresentado.

O documento fica anexo à Minuta da ata como Doc.13)

PONTO 4 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Henrique da Câmara:

Propôs que fique indicado no título da proposta, o que leva à execução do contrato, ou seja, o Serviço Público de Transportes de Passageiros.

- Presidente da câmara:

Concordou com a retificação sugerida.

Quanto à proposta, afirmou que em reunião de câmara houve o cuidado de saudar efusivamente esta boa nota. Fica honrado o papel das autarquias na servidão à “coisa pública”, porque trará maiores benefícios aos munícipes que se deslocam todos os dias para Lisboa, com o custo do passe que será de trinta ou quarenta euros mensais consoante os casos, custo este bem menor que o despendido atualmente pelas famílias. Este título de transporte é transversal a todos os municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa e foi aprovado por unanimidade no seu Conselho Metropolitano.

- Luiz Batista:

Referiu que nada disto o deixa descansado, apesar de reconhecer que a medida é boa, inatacável, mas é necessário ver os constrangimentos que dela poderão decorrer, como seja integrar cerca de 300 mil utentes (20 mil da Margem Sul) na atual oferta de

transportes públicos sobre os quais já recaem tantas reclamações. Por outro lado, o que se irá fazer às operadoras que estão agora no mercado? O que se fará aos autocarros que têm mais de 5 ou 6 anos? Quando será lançado o concurso para os circuitos e para a bilhética?

- Presidente da Câmara:

Entende as preocupações, contudo refere que este é como qualquer outro investimento, ou seja, lança-se não se sabendo exatamente o que irá acontecer depois. Ele e mais 17 municípios (da esquerda, da direita e do centro) estão convictos que este primeiro passo é fundamental para o bem-estar económico das famílias que todos representam.

A Câmara de Alcochete comparticipará este investimento com o valor de trezentos e cinquenta mil euros por ano, fazendo assim parte da solução e não do problema. Trata-se de um valor importante para o município e é o mais baixo de todos os municípios da AML. O cálculo do valor tem a ver com os rácios de receita e população.

Submetido à discussão e votação, a correção ao título da proposta, foi aprovada por maioria, com 5 abstenções e 19 votos a favor.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da ata com o Doc.14)

Submetido à discussão e votação o Voto de Congratulação apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade.

Ana Luísa Lourenço, fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da ata com o Doc.15)

PONTO 5 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO DESTINADA AO EXERCÍCIO, EM EXCLUSIVO, DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Pretende-se que a AML fique habilitada a praticar todos os atos administrativos de índole processual, quer referentes à preparação e acompanhamento quer no procedimento concursal para atribuição desta atividade, por meio de contrato de exploração e contrato de concessão, não resultando daqui a assunção de obrigações de investimento ou de financiamento do município na AML.

- Vereador Vasco Pinto:

Com autorização do presidente da Câmara, explicou detalhadamente esta matéria, salientando que a atividade pode ser explorada diretamente pelos municípios ou em alternativa pode ser concessionada por vinte anos em regime de serviço público. No caso de Alcochete o contrato com a EDP termina em 2022.

A Lei 31/2007 determina ainda que os concursos públicos devem ser agrupados para atribuição de concessões de distribuição em baixa tensão, em áreas territoriais mais amplas no território de um só município. Esta Lei aponta para uma ação concertada dos municípios, das entidades intermunicipais da área territorial em que estão integrados, devendo-se constituir agrupamentos de entidades adjudicantes nos procedimentos de concurso público.

O presente contrato surge para dar resposta à Lei n.º 31/2017 e numa tomada de posição dos municípios da AML, no sentido de lançarem procedimento concursal para a região que entenderem que será a melhor solução.

A delegação de competências implica a participação e audição do município de forma a garantir a perfeita adequação às necessidades e interesses locais e salvaguarda do não aumento da despesa pública global, dado que as políticas energéticas assumem um papel cada vez mais importante na gestão pública.

- Ana Lúcia Maduro:

Questionou se o contrato com a AML é paralelo à S. Energia, se são serviços complementares ou se se mantem o sentido de se aderir à S. Energia tal como já aprovado anteriormente.

- Luiz Batista:

Entre outras afirmações, congratulou-se com a adesão e considera importante passar para uma situação de uniformização nesta matéria. O atual contratante não tem cumprido com aquilo que são as necessidades e os compromissos de investimento na rede, registando-se de facto um grande défice. Só uma entidade forte é que poderá dar ao próximo concessionário e a quem vier tomar conta da rede ter uma força musculada, para que se possa alcançar uma melhoria e eficiência energética, dando como exemplo a substituição de luminárias por *leds*.

- Vereador Vasco Pinto:

Em resposta a Ana Lúcia esclareceu que as matérias são completamente distintas, dado que a participação do município nada tem a ver com a rede elétrica nem com a gestão da rede de iluminação pública nem de rede de baixa tensão.

A S. Energia é uma agência que presta serviço e assessoria ao município para a concretização de projetos e para cumprimento da meta do Pacto de Autarcas, ao qual o município aderiu há já alguns anos. Foi elaborado um PAES e até 2020 o município tem um conjunto de metas para atingir. A agência está também a assessorar na elaboração de uma candidatura de eficiência energética para a piscina municipal e são no fundo investimentos que o município por si só não teria capacidade para os desenvolver, por

não ter técnicos especializados na área. O direito de passagem será sempre assistido ao município.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.16)

PONTO 6 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ATIVIDADE PECUÁRIA NO CONCELHO DE ALCOCHETE, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 265/2014, ALTERADO PELA LEI N.º 21/2016, DE 19 DE JULHO, REQUERIDO POR ALFEU AUGUSTO GONÇALVES

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Recordou que no município, já cinco entidades iniciaram o processo de legalização da referida atividade, sendo que destas, duas já têm confirmada a sua legalização por parte da câmara e assembleia municipal. Se as outras entidades iniciaram o processo ao mesmo tempo (2014 e 2016) e pediram a renovação, então porque motivo estas ainda não têm o processo devidamente resolvido? Por este andar a Assembleia anda a dar autorizações de dois em dois anos para atividades que não estão legais.

- Presidente da câmara:

Afirmou que o que está em causa é o reconhecimento político de uma atividade municipal (a emitir pela assembleia sob proposta da câmara) tendo em vista a declaração de interesse público municipal. No fundo, trata-se do “pontapé de saída” para que a firma possa em sede própria apresentar os fundamentos para que a sua atividade seja legalizada.

- Vereador Pedro Lavrado:

Com a autorização do presidente da câmara, esclareceu que a firma necessita da declaração de interesse municipal para poder iniciar junto da DRAPLVT o processo de legalização, assim como junto da câmara.

O anterior executivo e a anterior assembleia municipal entenderam não declarar o interesse público desta atividade, inviabilizando por isso que a empresa tivesse hipótese de licenciar a atividade.

O atual executivo entende que é uma empresa que labora no município há mais de trinta anos, tem impacto na atividade municipal e até regional, devendo por isso, continuar a laborar no nosso concelho, realçando que tudo deve ser feito para apoiar as empresas no concelho.

- Luiz Batista:

Afirmou que tem dúvidas sobre o interesse para o concelho, da manutenção de uma atividade deste tipo para o concelho. Entende que o concelho quer uma atratividade diferente para o turismo.

- Presidente da Câmara:

Acrescentou que esta empresa alberga cerca de meia centena de trabalhadores, o que tem uma importância fundamental, para além de que labora numa zona agrícola afastada da zona com densidade populacional.

- Luiz Batista:

Discordou porque na zona agrícola a principal atividade é a floricultura (e esta atividade é bem vinda) mas o que está agora em causa são as pocilgas, sendo que já noutros concelhos esta atividade está a ser retirada.

- Ricardo Loureiro:

Informou que para a bancada do PS existia vontade em defender estas famílias e se existe valor económico deve ser defendido.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 1 abstenção da CDU e 23 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD). (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.17)

PONTO 7 – DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO/ FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI E SITUAÇÕES DE RESPETIVA MAJORAÇÃO, REDUÇÃO E ISENÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO / FIXAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMT PARA A PRIMEIRA TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS RECUPERADOS NOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetido à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

Referiu que no presente ano por uma questão de rigor e transparência, quiseram separar para todos ficarem elucidados sobre uma matéria que tem o contributo fundamental naquilo que será o orçamento da câmara municipal para 2019, salientando que tudo o que é apresentado decorre da Lei.

Com a permissão do presidente da assembleia, o engenheiro Vítor Carvalheira, chefe de divisão da DATAEC, prestou os seguintes esclarecimentos:

- Referiu que a proposta embora apresentada separadamente é contudo semelhante à que tem vindo a ser apresentada quer na câmara quer na assembleia municipal desde há cinco anos. Esta determina para as áreas referidas basicamente o que cabe à câmara nesta matéria e que fica sujeito à observação da assembleia e à definição das áreas do território do município que são sujeitas aos benefícios fiscais previstos na Lei. As áreas são a ARU de Alcochete - para o núcleo antigo foi estabelecida uma ARU já aprovada

pela câmara e assembleia em devido tempo e que está publicada em “Diário da República”. Não acontece o mesmo nas freguesias de Samouco e S. Francisco, mas neste âmbito a câmara determinou a delimitação dos núcleos antigos da freguesia, que também serão áreas a sujeitar a processos de reabilitação urbana.

Após exemplificar os benefícios fiscais e isenções a conceder por Lei, estes só chegam à assembleia para esclarecer que nas áreas que a câmara delimitou como tal, se aplicam as regras previstas na Lei e cuja aplicação é obrigatória.

- Pedro Ferreira:

Questionou o que está previsto para a freguesia de Samouco nesta matéria e ainda o que está na base de aprovação para delimitar da forma indicada, dando como exemplo a rua João José Alves, no Samouco, que fica contemplada num lado e no outro não.

O engenheiro Vítor Carvalheira esclareceu que as condições foram consecutivamente aprovadas pela câmara nos últimos cinco anos, contudo nunca participou diretamente na delimitação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.18)

PONTO 8 – TAXA MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2019

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Sucintamente, informou que este imposto tem vindo a assumir um crescendo nos últimos cinco anos, tendo contudo entre 2015, 2016 e 2017 assumido alguma estabilidade.

Em 2017 Alcochete e Setúbal eram os municípios que aplicavam a taxa máxima, no distrito de Setúbal. Em 2018, o executivo quis dar um sinal de disponibilidade para proceder a algumas alterações e após a reposição no rigor das contas e conseguido algum equilíbrio, era objetivo começar a ter alguma atenção na redução de impostos e dos incentivos que a câmara assume em relação aos sujeitos passivos, passando então de 0,45% para 0,445%, a que corresponde em termos de taxa líquida à redução de 1%.

No presente ano, a câmara propõe-se voltar a baixar o IMI para 2019 fixando em 0,425%. Não é o pretendido, apesar de o orçamento crescer mais dois milhões e meio em relação ao ano transato, mas há de facto um conjunto de grandes requalificações quer ao nível dos edifícios municipais, quer ao nível das infraestruturas desportivas quer ao nível das escolas básicas, quer ainda ao nível do contributo para a AML no valor de 350 000,00 euros relativamente aos transportes públicos, não esquecendo o edifício do Centro de Albergue, sendo portanto necessário viver das receitas que a câmara tem e estas infelizmente, ainda recaem fundamentalmente nos impostos que incidem sobre as famílias. Em termos de taxa líquida a redução é de 4,5% e é acrescido o IMI Familiar,

sendo que com a aplicação deste a câmara deixará de receber entre 120 000,00 a 150 000,00 euros.

Em 2019 Alcochete deixa de estar na tabela dos municípios do distrito de Setúbal com taxa mais elevada, persistindo apenas o de Setúbal.

- Luiz Batista:

Considerou 2015 o ano “horribilis” da câmara de Alcochete dado que foi a partir daqui que resultou o grande aumento de impostos, porque para além da subida da taxa camarária foi também pelo Governo abolida a cláusula de salvaguarda que exista, o que se traduziu num aumento de 25% no âmbito das duas valências.

O PSD reclama voltar à normalidade uma vez que há saúde financeira, apesar de reconhecer que o caminho se faz por etapas, lembrando que há urgência na reparação da rede viária, na manutenção dos edifícios municipais e escolas e na aquisição de equipamentos para estas.

Saudou a aplicação do IMI Familiar, porque este não faz distinção e abrange todas as crianças por igual e afeta todos da mesma maneira, tratando-se por isso de um incentivo às famílias.

- Henrique da Câmara:

Solicitou a correção do título do ponto, onde se lê “Taxa Municipal sobre Imóveis” deverá ler-se “Taxa sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis”, o que foi aceite.

Em relação aos valores da redução, entende que mediante toda a propaganda política que foi feita antes das eleições, era exetável que no segundo ano de mandato a taxa já fosse mais baixa, devido também à saúde financeira que o município atravessa. A taxa proposta ainda está muito aquém da já praticada por muitas autarquias.

Quanto ao IMI Familiar da forma como está apresentado e contrariamente à congratulação do deputado Luiz batista, a CDU não se congratula nada, porque retirar 20,00, 40,00 ou 70,00 euros numa família que até poderá ter rendimentos bastante elevados (não se verifica o IRS e apenas se está a falar no número de elementos do agregado familiar) poderá não ser o mais justo. Provavelmente se fosse retirado um pouco no geral, a população ficaria certamente mais satisfeita.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu o motivo pelo qual a câmara de Setúbal continua a ter a taxa mais elevada no distrito de Setúbal, que se prende com o contrato de reequilíbrio financeiro que obriga a aplicar o valor máximo de taxa. Lembrou que na Assembleia da República, o PCP propôs que o intervalo de aplicação fosse até 0,4% mas foi negado por alguém.

- Ricardo Loureiro:

Continua a acreditar que no futuro a redução será maior. O atual executivo pela valorização que dá ao dinheiro público com a gestão de rigor e não com a gestão das

redes sociais, poupa e esforça-se para poder aliviar aquilo que são as cargas fiscais que todos os alcochetanos têm que pagar, congratulando-se por isso com esta medida, achando que é a possível, olhando para o enquadramento geral e ainda pela aplicação do IMI Familiar.

Não tem interesse discutir em Alcochete as taxas do município de Setúbal porque este tem os seus eleitos.

- Luiz Batista:

Quanto à câmara de Setúbal, entende que Alcochete tem assuntos mais importantes com que se preocupar.

- Diogo Mourão:

Concordou com o deputado Henrique da Câmara, porque para se chegar à taxa de 0,3% ainda falta um passo largo e ficou surpreendido com a intervenção do deputado Pedro Ferreira porque este ao invés de saudar a baixa de imposto verificada em Alcochete preferiu defender a câmara de Setúbal. Referiu ainda que deve ser lido o comunicado que o Governo emitiu para a câmara de Setúbal.

- Pedro Ferreira:

Após as anteriores intervenções, frisou que já não percebia se o estavam a chamar a atenção ou se estavam a chamar a atenção do presidente da Câmara dado que este referiu três ou quatro vezes o assunto. Contudo, entende que a questão tem sua importância, por ser importante saber como e porque acontecem as coisas, tanto mais que só falou no caso de Setúbal porque alguém falou primeiro.

- Presidente da Câmara:

Salientou que se reserva ao direito de falar de qualquer município sempre que haja necessidade de fazer analogias relativamente às taxas que cada um aplica, até porque não se congratulava de Alcochete a par de Setúbal aplicar a taxa máxima, acrescentando que se foi negado ao município de Setúbal é porque este não cumpre as regras à luz do que é competência do Tribunal de Contas.

- Ana Brandão:

Salientou que também a CDU gostaria de não ter cobrado a taxa máxima, porém a conjuntura política, económica e financeira não permitiram a sua redução.

Em relação ao IMI Familiar, afirmou que para a CDU este imposto não faz sentido que as famílias com elevado poder económico sejam beneficiadas, questionando também qual o proveito que a câmara irá obter ou não, com a introdução deste imposto.

- Presidente da Câmara:

Informou que a câmara deixará de auferir cerca de 65 000,00 euros com o IMI Familiar e cerca de 130 000,00 euros no geral.

- Natacha Patinha:

Lamentou que no IMI Familiar não seja adotado o critério do IRS. No ano anterior já havia proposta para a aplicação deste imposto, porém não foi aceite pelo que tendo sido aceite este ano questionou o que mudou de um ano para o outro?

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que o executivo é soberano independentemente de ouvir com atenção, refletir, ponderar e utilizar as propostas que ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição os deputados possam apresentar, mas a decisão final é do executivo. Com isso, cumprem o compromisso eleitoral que visava a redução do IMI.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 10 abstenções da CDU e 14 votos a favor do PS, PSD e CDS-PP. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.19)

Ana Brandão fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.20)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.21)

PONTO 9 . PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2020

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc.22)

PONTO 10. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2019

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Recordou que no ano transato e por analogia com o período homólogo, o executivo entendeu ser positivo criar a isenção da Derrama para as empresas que se instalem em Alcochete em 2017, isto no ano transato. No presente ano e face ao orçamento de 2019 procederam à mesma proposta criando isenção para as empresas que se instalaram em Alcochete até 2018. No presente ano, dão um novo sinal criando uma Derrama produzida de 1% sabendo que poderia ser de 1,5%, e 1% para sujeitos passivos com um volume de negócio que não ultrapasse os 150 000,00 euros.

Esclareceu que a câmara aguarda a resposta relativa à questão colocada pela vereadora Susana Custódio, relativamente ao impacto que a isenção teve nas empresas e quantas beneficiaram desta isenção.

- Luiz Batista:

Saudou a redução no imposto. A descida para 1%, para além daquilo que já era um incentivo a pequenas empresas e às que se viessem a instalar no concelho, irá beneficiar quem está no início dos seus negócios.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.23)

Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.24)

PONTO 11. GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2019-2022, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Sucintamente informou:

Referiu que a documentação deste ponto reflete por parte do executivo um conjunto de intenções que se irão concretizar fundamentalmente com a introdução do Saldo de Gerência em abril de 2019.

O orçamento para 2019 comparativamente ao do ano anterior tem um crescimento de cerca de dois milhões e trezentos mil euros. Assenta num grande esforço que tem vindo a ser concretizado ao longo do ano, nomeadamente na redução da dívida. Recordou que o valor total da dívida em outubro de 2018 tinha o valor de 8 296 272,72 euros e num ano foi possível reduzir cerca de 1 500 000,00 euros nesta.

O prazo médio de pagamento a fornecedores encontra-se abaixo dos 60 dias, quando há um ano atrás era de 260 dias.

Informou sobre os valores do IMT – Imposto Municipal sobre Transações, que é um imposto flutuante, o que rendeu à câmara uma verba não estimável de 4 300 000,00 euros, valor nunca registado em ano nenhum. Tendo em conta a flutuação deste imposto, com prudência, não cometeram a loucura de estimar como receita um valor desta grandeza, tanto mais que as obras que se estão a desenrolar provavelmente irão acontecer durante o ano de 2019 mas a efetiva transação apenas vai acontecer em 2020.

Após a integração do Saldo de Gerência, o executivo tenciona desenvolver um conjunto de ações e muitas delas surgiram na relação que se mantém entre o executivo e as oposições.

Elencou algumas obras que o executivo tenciona promover, destacando-se entre outras:

- Requalificação de parte da rede viária municipal (já identificadas);

- Ampliação de requalificação da escola Básica do Samouco (requalificação das infra estruturas desportivas, incluindo o parque desportivo contíguo à escola;
- Requalificação do Centro de Estágio /Albergue da Juventude;
- Requalificação do edifício dos Paços do Concelho;
- Atualização da Carta Educativa;
- Requalificação da rua do Láparo;
- Requalificação das ruas António Maria Cardoso e Francisco Diogo;
- Requalificação do espaço público do Valbom;
- Reabilitação do polidesportivo do Valbom e espaços adjacentes;
- Requalificação da Igreja da Misericórdia;
- Saneamento e requalificação da rua Vale Figueira;
- Requalificar o Estaleiro Municipal;
- Repavimentação de novos troços no cemitério;
- Apoiar em crescendo o Movimento Associativo;
- Apoiar a Associação dos Bombeiros;
- Apoiar as festas do Barrete Verde.

Acrescentou que há muito trabalho para fazer, ficando desta forma justificado porque não se baixa o IMI e a taxa variável de IRS.

Relativamente ao Mapa de Pessoal em comparação com o anterior, acresce dez novos postos de trabalho e recordou que já está incluída a progressão paulatina do descongelamento de carreiras.

O orçamento contempla a previsão do salário mínimo nacional para 600,00 euros e prevê a regularização faseada da mobilidade inter-carreiras e a criação de alguns novos postos de trabalho, em função das necessidades que forem sentidas. Ficam contempladas dez novas vagas e as mobilidades internas.

- Luiz Batista:

Após ouvir a intervenção do presidente da câmara e depois de consultar os documentos, nomeadamente estes em discussão, afirmou que não consegue ver neles, todas as obras que o presidente elencou. Estas deveriam ter rubrica aberta para depois serem reforçadas com a integração do Saldo de Gerência e não têm, solicitando por isso, o orçamento que o presidente tem e que segundo parece é diferente do que lhe foi remetido.

- Com autorização do presidente da câmara, a Dr.^a Cláudia Santos, chefe de divisão da DAGR, esclareceu:

Há semelhança do montante de duzentos e oitenta mil euros, de acordo com o ofício recebido da AML, esta informou que o valor irá ser cobrado à câmara num reforço de quota anual mas o mesmo não será transferido diretamente dos municípios para a AML, estando previsto ser transferido através da DGAL e das transferências dos impostos do Estado para os municípios. O valor será introduzido com a revisão de abril, tendo já rubrica aberta no orçamento inicial. O mesmo acontece num número de intenções que o presidente da câmara identificou ou que o executivo tem intenção de executar. As rubricas estão todas abertas no orçamento inicial (nomeadamente no PPI porque são investimentos) estão abertos com valores residuais. Com a aprovação da Prestação de

Contas na assembleia de abril e com a primeira revisão aos documentos previsionais também terá que ser aprovado na assembleia, será introduzido o montante do Saldo de Gerência que neste momento tem um valor estimado (será fechado em 31 de dezembro) e então essas rubricas que já estão criadas vão ser reforçadas nos montantes necessários para se poder desenvolver os procedimentos concursais e executar os respetivos investimentos.

Deu o exemplo do investimento para repavimentação de estradas e arruamentos, que são um conjunto de estradas diversas, sendo que até existiam dúvidas sobre a forma de lançar o investimento, se individualizados por serem estradas autónomas ou se seria um único procedimento – será um concurso público que levarão a uma única rubrica, designada “Remodelação e execução de estradas e arruamentos” em que depois no procedimento em si, aí sim, as estradas estarão identificadas.

A requalificação da escola do Samouco está numa rubrica que é Educação – Requalificação de estabelecimentos de educação e ensino – e o mesmo aconteceu com as infraestruturas desportivas públicas que não estão especificadas porque se fala de remodelações e não de novas construções, mas todas têm rubrica aberta no orçamento inicial.

- Luiz Batista:

Lamentou mas informou que não consegue encontrar as rubricas, perguntando a título de exemplo onde se encontram a rubrica para a escola do Samouco e onde estão os setecentos mil euros para as estradas?

- Alexandre Gonçalves:

Referiu que não percebe algumas rubricas que estão abertas, como seja a que refere “Outros”, questionando assim a que se destinam?

- Henrique da Câmara:

Concorda com o que foi dito pelos dois últimos deputados, porque também entende que os *itens* são generalistas e não os levam à conclusão do que quer que seja. Também sente dificuldade em compreender que já no passado tenham estado abertas rubricas como o Projeto *Bikla* ou a requalificação do Albergue e as obras não apareçam.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Sugeriu a hipótese de as rubricas poderem vir num Anexo ao orçamento.

- Cláudia Santos:

Esclareceu que a remodelação da escola do Samouco, se encontra quer no Mapa das Grandes Opções do Plano quer no Mapa do Plano Plurianual de Investimentos, contudo o melhor é ver nos GOPS, porque senão também se pode estar a falar de questões que são despesa corrente e está na AMRS. Fala-se então apenas no 1.º Mapa das GOPS (página 2 – GOPS 2.1.2009315). A repavimentação está no GOP da repavimentação de estradas e arruamentos (página 6 – GOP 332009187).

- Pedro Ferreira:

Referiu que se fala de projetos e alguns de grande envergadura, mas que pelos vistos só com a integração do Saldo de Gerência é que serão concretizados, questionando se a câmara já tem previsão do valor do saldo?

Congratulou-se com uma intervenção prevista na escola do Samouco, no entanto gostaria que a mesma já estivesse plasmada nos documentos. Desta forma, há projetos de grande envergadura que ficam ocultos.

- Presidente da Câmara:

Sublinhou que a requalificação da escola é certa mas a ampliação ainda não. O compromisso está assumido e é para cumprir.

- Cláudia Santos:

O valor do Saldo de Gerência será de mais ou menos oito milhões de euros.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 12 abstenções (CDU e PSD) e 12 votos a favor (PS e CDS-PP). (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.25)

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.26)

Natacha Patinha fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo á Minuta da ata como Doc.27)

Sérgio Simões fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da ata como Doc.28)

Durante a discussão deste ponto, o presidente da Assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental em mais meia hora, o que foi aceite por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Aberto o período, foram registadas as seguintes intervenções:

- Henrique da Câmara:

Informou sobre os trabalhos da CPCJ em nome dos três eleitos da assembleia municipal e referiu que poderá enviar os elementos para o *e-mail* dos deputados que o pretendam receber. Mais informou que no 2.º semestre de 2018 ao nível de volume processual, registou-se uma redução de catorze casos.

- Pedro Ferreira:

Afirmou já ter sido afirmado nesta assembleia que a gestão não se faz no *facebook* e tal vem sendo reiterado em todas as assembleias. Porém, recordou que dois deputados que integram a bancada do PS (Ricardo Loureiro e Diogo Mourão) lhe quiseram fazer um ataque pessoal nesta rede social, no dia um do corrente mês, ao responderem à reclamação de um munícipe que se queixava de um buraco no pavimento frente à sua residência, há já dois ou três meses. Por estes foi respondido que o munícipe se deveria queixar junto da junta de freguesia e não da câmara. Considerou que isto é estar a enganar, mentir e deturpar funções que não são da competência da junta de freguesia. Os deputados municipais têm obrigação de saber o que compete a cada órgão, acrescido de que também aprovaram o protocolo de descentralização de competências para a junta de freguesia no qual não consta esta função.

O deputado Diogo Mourão, na sua opinião, usou de falso moralismo quando informa que a câmara resolverá o problema, como se com esta atitude a câmara se estivesse a substituir à junta de freguesia. Também comparar uma junta com outra é pequenez ou má intenção. Considerou ainda, que os deputados do PS devem ter informação privilegiada em virtude de algumas matérias que publicam.

Esclareceu que desde o início do mandato a junta já remeteu mais que cento e vinte *mails* porque é este o acordo que existe. Dos mais variados problemas que o Samouco tem (uns mais graves que outros) uns são remetidos por munícipes, outros colocados pela junta e uns já tiveram resposta e outros não e a estes últimos, entenda-se com resposta efetiva na resolução dos problemas.

Entende ainda que também é competência da câmara deslocar-se às freguesias, conhecer os problemas no terreno e identifica-los e promover a sua reparação e com isto não está a querer dizer que não o fazem, mas sim, que não devem ficar á espera que seja a junta a dar conhecimento.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:50 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,